**PROCESSO**: **n º** 2000 – 027654/2015

**INTERESSADO:** SESAU – COODENADORIA SETORIAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E LOGÍSTICA

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO

**DETALHES:** SOL. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000 – 027654/2015, em 01 (um) volume, com 36 (trinta e seis) fls., que versa sobre a compra de gêneros alimentícios não perecível, adquiridos pela Secretaria de Estado da Saúde – SESAU através da empresa **SERVNUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA (CNPJ 18.656.923/0002-42)** para atendimento das necessidades apresentadas pela sede do órgão referido, bem como das unidades de saúde a ele vinculadas. A solicitação de pagamento está orçada em **R$7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 24, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls. 36), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**1 – DOCUMENTOS DIVERSOS ASSINADOS PELA MESMA SERVIDORA -** Constata-se solicitação inicial (10/11/2015), termo de referência (s/data), encaminhamento para pesquisa de mercado (10/11/2015), solicitação de pagamento (24/01/2017), ordem de fornecimento (18/01/2017), e DANFE (19/01/2017), emitidos pela mesma servidora da Superintendência Administrativa, Mônica Lins Medeiros (fls. 02, 03, 05 e 21, 22, 28), respectivamente.

**2 – FALTA DA APRESENTAÇÃO DAS CND´s VÁLIDAS ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se documento intitulado C.R.C – Certificado de Registro Cadastral, assinado pela servidora, TÂNIA MÁRCIA GOMES RIBEIRO, onde informa que os Certificados de Regularidade Fiscal e Trabalhista estão válidos, sem no entanto, apensá-los aos autos. Observa-se, ainda, despacho de lavra de servidora que responde pelo Setor de Cadastro, Averiguação de Preços e Regularidade de Empresas – SECAPRE, Janaina Lopes de Oliveira Pedroza, onde conclui que a melhor oferta para o erário foi da empresa **SERVNUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA (CNPJ 18.656.923/0002-42)**, que se encontra em situação de IDONEIDADE FISCAL REGULAR, com base no CRC emitido, sem apensar as CND´s. (fls. 13/14).

**3 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que não foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição.

**4 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão da Nota de Empenho (**2016NE19812**), à fl. 19, ***não possui assinatura da ordenadora de despesa,*** assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças, Helion Dionísio de Oliveira, possibilitando a prática de tais atos. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/1964, **“*o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”*.**

A Lei nº 4.320/1964 define a liquidação de despesas como sendo

**“*a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.* Tal verificação deve-se apurar: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação”.**

Ademais, a liquidação da despesa pública será processada com base nos seguintes documentos: I – contrato, ajuste ou acordo específico; II – nota de empenho; III – comprovantes do material ou da efetiva prestação dos serviços.

**5 – FRACIONAMENTO DE DESPESA -** Com base em consulta feita ao Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, a empresa **SERVNUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA (CNPJ 18.656.923/0002-42)** recebeu do Estado de Alagoas em 2016, através da SESAU, o montante de R$311.546,00, distribuídos em 14 ordens bancárias, dentre as quais 01 possui valor acima do limite de dispensa de licitação em razão do valor (R$ 8.000,00).

**6 – CERTIDOES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos as folhas 23/27, observa-se Certidões de Regularidade da Empresa **SERVNUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, vencidas.

**7 – DANFE** – À fl. 28 dos autos apresenta-se o DANFE nº 000.003.874, da empresa **SERVNUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, datada de 19/01/2017, atestado pela servidora, Mônica Lins Medeiros.

**8 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** À fl. 32 verifica-se Despacho – D.SETCON S/N, datado de 20/04/2017, da Assessora Técnica do Setor de Contratos, de lavra da Assessora Técnica – Setor de Contratos, onde informa a INEXISTÊNCIA de contrato referente ao objeto em comento.

**9 – DO RECEBIMENTO DO MATERIAL** – Às fls. 33/34, verifica-se documento datado de 01/06/2017, pelo qual a Controladoria Interna da SESAU, através do Assessor Técnico, Jorge Filho, relatou que após inspeção in loco, constatou-se a entrega do produto através da Gerente da Seção de Nutricionista, Carla Cristiane S. Aquino, e conforme depoimento da mesma.

**10 - DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 51.828/2017 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – A liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.

**II - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – A conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**

**III - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja informada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV - DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que as certidões referentes à regularidade fiscal válidas sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V - DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a VI, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **SERVNUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA (CNPJ 18.656.923/0002-42),** mediante publicação do ato, conforme art. 48, §3º do referido decreto**.**

Maceió-AL, 18 de outubro de 2017.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**